



A POPULAÇÃO BRASILEIRA

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO

CASTRO BARRETTO

Em nenhum momento da história da civilização foi dado maior apêço ao homem, maior significação ao valor humano, do que no presente. Por isso o estudo dos valores humanos de um país se impõe na avaliação da sua evolução potencial, da sua riqueza, da sua contribuição para o bem-estar da espécie, na colaboração universal para a civilização.

A antropologia vem tomando desde as últimas décadas do século passado aspectos novos, vem deixando de ser aquela "contribuição da anatomia e da zoologia geral ou sistemática" de que nos fala Linton. Passou a estudar o homem nos seus aspectos bio-sociais de animal evidentemente gregário; passou a ocupar-se menos das raças e mais das culturas, sem desdenhar o estudo somático que foi superado pela antropologia cultural, pela antropo-sociologia. O estudo do indivíduo cedeu proeminência ao estudo do grupo e das formas de relação.

Foi assim que o estudo dos grupos humanos das populações adqui-

riu uma importância extraordinária nas suas expressões numéricas, quantitativas e especialmente qualitativas. Na análise dos caracteres biológicos, da sua dinâmica, como dos seus aspectos sociais, tomam parte várias ciências que vão desde a biologia humana até a sociologia, passando pela antropologia somática e cultural, pela demografia e pela geografia humana que, em interrelações, vêm dando ao estudo das populações — a demologia — um conhecimento realmente mais profundo.

Acontece que na vida das populações civilizadas, no conceito da civilização ocidental (que se universaliza rápida, quase vertiginosamente), estes estudos de população tornam-se fundamentais sob vários aspectos, desde a sua expressão numérica, até o seu valor qualitativo que se expressa no domínio das técnicas modernas de relações humanas, de produção, de comunicações, de transportes, que afinal, são as descobertas científicas aplicadas ao bem-estar humano.

O conhecimento da população brasileira, uma simples notícia, uma rápida síntese é o que tentamos traçar no momento.

* *

Ao ser descoberto pelos navegadores portugueses, em 1500, o território que viria a ser o Brasil, era habitado por uma população escassa, pertencente ao estoque mongolóide, isolada do resto do mundo. No sentido cultural, vivia essa população autóctone, o período neolítico: conhecia o fogo mas não utilizava os metais; de osso e de pedra eram os seus instrumentos principais e embora algumas tribos possuísem técnicas mais avançadas do que outras, eram de um modo geral, pescadores, caçadores e colhedores.

O Brasil não teve durante o primeiro século qualquer limitação geográfica e Pedro Alvares Cabral ao descobri-lo calculava a sua costa em 20 léguas. Era impossível conhecer os números da sua população. A *terra incógnita* era coberta de florestas e dominada pelos índios, assim chamados por Colombo, que, a princípio, considerava os habitantes da América, como da Índia.

Primeiro foi a vastidão de um mundo, no estado genesiaco e depois foram as lutas entre as grandes nações marítimas e as suas conseqüências sobre a imensa colônia americana; a seguir, a adaptação, a aclimação do europeu e sobretudo a ocupação, a expansão demográfica, em terra selvagem onde se chocariam, naturalmente, advenas e autóctones, europeus e indígenas, em tão afastados estágios culturais. Uma alimentação diversa; organização social, familiar e jurídica, econômica e ética absolutamente diferente, teriam que colidir por suas enormes disparidades, de modo que não só as lutas contra a natureza virgem e selvática, onde os agressores da saúde e da vida são múltiplos, mas a própria aculturação só se processaria lentamente.

A princípio os da cultura europeia foram tragados pelo meio indígena até que pelo crescimento, a população branca, largamente acolhi-

tada pelos negros africanos, entrou a sobrepor-se e a expandir-se. Assim correu o primeiro século ao fim do qual alguns milhares de brancos existiam na imensa colônia: soldados, exploradores de pau de tinta, aventureiros e igualmente alguns donatários e até suas famílias. O regime das capitanias instituído em 1530 de acôrdo com o plano de Diogo de Gouveia, contribuiu para a vinda de um bom número de europeus e de gente capaz para a administração. Os pontos povoados de brancos, na costa, eram a ilha de S. Luiz, no Maranhão; Olinda ou Mari e Itamaracá, em Pernambuco; S. Salvador e Pôrto Seguro, na Bahia; Rio de Janeiro e afinal, S. Vicente, em São Paulo. De São Paulo até o Prata permaneceria a imensa e difícil região despovoada de brancos, com exceção da Colônia do Sacramento, no grande estuário.

Até os fins do século XVII, os pequenos núcleos da vastíssima costa marítima eram intercalados pelo domínio de inúmeras tribos selvagens.

Deve ter sido grande sua população autóctone, tanto assim que "com espaço de 40 anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações, como grandes cidades", diz-nos o Padre Vieira em uma das suas Cartas. Ainda assim era impressionante a ralêza demográfica, porque imensa a terra; o estágio cultural de caçadores e colhedores impunha igualmente essa densidade ínfima.

Uma vez no largo meio selvático, os europeus viram-se na dura contingência de serem assimilados muitas vêzes, pela cultura indígena e assim desde a toponímia até os alimentos e as técnicas de pesca e caça, de navegação, de guerra... eram indo-americanos. Até hoje sentimos a aculturação indígena em ritos religiosos populares mas especialmente na língua brasileira onde as palavras de origem tupi-guarani são numerosíssimas e predominam nas designações geográficas bem como na fauna marítima ou terrestre; na culinária, nos instrumentos domésticos e na dieta, assi-

nala-se o papel da mulher índia tomada ao gentilico, pelo branco.

Embora o índio não se houvesse facilmente adaptado às lavouras dos brancos, que passariam a ser operadas pelos negros, prestaram relevantes serviços, a princípio na extração de pau brasil e depois no fornecimento de alimentos, mas sobretudo nos transportes fluviais e terrestres e nas guerras, como aliados, defendendo, ora contra outras tribos hostis, ora contra o próprio flibusteiro ou invasor estrangeiro, como aconteceu no Nordeste, no Norte e no Rio de Janeiro.

As pequenas "ilhas demográficas" que os portugueses iam estabelecendo com as suas capitanias, com os seus fortins, só tiveram sucesso em Pernambuco, na Bahia e em S. Vicente, de modo que o seu poder demogênico foi pequeno, dependendo não só da capacidade e do senso dos donatários, como do relevo geográfico e até dos próprios índios, como aconteceu em S. Vicente onde os rios Tieté e Paraíba "corriam para dentro" e os mesmos índios (guaianazes) dominavam o país identificados e até uma grande profundidade, liderados por João Ramalho e por Francisco Chaves, o bacharel de Cananea. Apesar do esforço da Metrópole portuguesa, lutando inclusive com intrusos franceses e outros, por volta de 1640 quando a coroa de Portugal libertou-se de Espanha, havia no Brasil mais de 100.000 europeus. Cumpre notar que o domínio espanhol sobre Portugal, que durou 80 anos (1560-1640) concorreu para a vinda de inúmeros portugueses insatisfeitos ao mesmo passo que propiciou um período sem lutas entre as duas potências marítimas, que foi habilmente aproveitado pelos portugueses para a sua expansão geográfica e, concomitantemente, demogênica. E foi assim que, já em 1617, Jorge de Lemos Betencourt obteve uma carta régia "a fim de conquistar e povoar o Rio Pará com duzentos casais somando todos mil pelos quais não de repartir-se terra". Em 1620 o Conselho das Índias enviava para o Brasil os primeiros casais de ilhéos e em 1621 criava o Estado do Maranhão, abrangendo os atuais

do Ceará, Piauí, Pará e Amazonas. Era a política do genial brasileiro Alexandre de Gusmão que enviando numerosos casais para os pontos mais convenientes, antecipava-se ao famoso tratado de Madrid, de 1750.

Desde as primeiras décadas do século XVI, ao iniciar as tentativas da agricultura da cana de açúcar (que trouxeram das ilhas em 1526), verificaram os portugueses a impossibilidade de utilizar o gentio nômade, caçador e pescador, nos trabalhos penosos e sistemáticos da agricultura.

Era o primeiro choque cultural: o índio estava ainda muito longe do sedentarismo agrícola e, indômito, reagia ao cativo e à brusca transição que lhe pretendiam impor os brancos. Estes, antigos conhecedores da África desde o século XIII, apelaram para o largo campo do continente negro onde a servidão era institucional e constituía a maior fonte de renda de sobas e reis.

O continente africano não somente era um largo reservatório humano, mas as analogias geográficas e climáticas e o nível cultural de muitas tribos e reinos que, em contacto com os povos Mediterrâneos e os do Oriente, através o Mar Vermelho, praticavam a agricultura, a criação e até a mineração, representavam uma inestimável contribuição demográfica e econômica e a Metrópole empreendeu desde então uma enorme migração negra, forçada, para o Brasil, visto que já em 1516 chegavam à colônia 400 "peças". O negro fazia trabalho de quatro índios, dizia o Chanceler Sauvage.

Mas a população negra do Continente Africano estava muito longe de ser uniforme, quer do ponto de vista antropológico, quer do cultural, de modo que os vários milhões de negros que vieram ter ao Brasil entre os séculos XVI e XIX variaram com as regiões de procedência, desde os belos Haussás do Vale do Niger; os Minas, notáveis pelos traços fisionômicos delicados das mulheres; os Orubas, por suas habilidades como artesãos, até as tribos do Centro e do Sul, mais rudes e mais passivas, como os Gêges, para

os duros trabalhos da agricultura e da mineração.

Além da contribuição de trabalho material, trouxeram os negros as suas culturas, de nível muito variável. Essas culturas iam desde os primários habitantes das imensas florestas, caçadores exclusivos, como os Negritos, até as tribos do Congo e de Angola que mineravam e forjavam principalmente o ferro e ainda outros metais. A influência da agricultura e da alimentação dos negros foi enorme nos primeiros tempos, não só por suas técnicas próprias e experiência dos fenômenos meteorológicos de um meio idêntico, mas ainda pelo aporte de inúmeras espécies vegetais comestíveis que viriam se acrescentar à dieta limitadíssima do indígena, cujos elementos culturais dominavam, principalmente nos dois primeiros séculos e preponderavam pelo número e pelo melhor conhecimento do país.

Outros aspectos em que as culturas negras tiveram grande importância foram o linguístico e o mágico-religioso. Embora menor do que a dos índios, a contribuição linguística dos vários povos africanos foi muitíssimo larga para o enriquecimento do idioma brasileiro. No domínio mágico-religioso foi tal a influência dos cultos africanos, que se operou com a religião dos dominadores um sincretismo do maior interesse culturoológico: os deuses, os orixás, os exus, incarnavam-se no Menino Jesus, em S. Jorge e em outras figuras do catolicismo. Um dos fenômenos mais interessantes do ponto de vista antropológico, foi esse sincretismo religioso que não se limitou ao culto dos brancos, mas se processou entre os ritos e cultos dos múltiplos povos negros no Brasil, livres do fechamento tribal. O mesmo aconteceu na miscigenação negra que concorreu, dispersando negros de várias nações africanas, para reduzir as características de cada uma delas, homogeneizando, até certo ponto, a população negra do Brasil.

O mais importante fenômeno demográfico se operou, entretanto, desde os primeiros tempos, com a intensa miscigenação entre as três

raças. Essa miscigenação, essa ausência de prejuízos raciais tão forte entre os anglo-saxões, resultou de três fatos sociais: 1º, o português e ainda o francês, o italiano e mesmo o holandês que nas suas aventuras marítimas não traziam mulheres. Os portugueses em virtude dos seus largos contactos anteriores com povos "de côr", não tinham nenhum preconceito contra estes; 2º, a escassez absoluta de mulheres brancas que perdurou na Colônia em todos os tempos, lançava o homem branco perdido no isolamento continental, nos braços da mulher índia ou negra, acessível, quando não escrava; 3º, o desejo das mulheres servís de elevar o status social, fazia com que o branco fôsse tentado ao largo concubinato, mesmo quando chefe de família branca. Essa liberdade, a ausência de princípios morais frenadores da licença, levavam os colonos à poligamia e por vêzes ao serralho. As proles eram imensas "o que não pode surpreender, dizia o Abade Correia da Serra, em 1776, porque as instituições e talvez mesmo os costumes, favorecem singularmente a população do Brasil".

Dêse *inbreeding*, do qual participavam os três estoques, originou-se uma crescente população cuja gama cromática é a mais extensa possível; o mulato em tôdas as suas gradações, do quase branco ao quase negro, resultante do branco com a mulher negra e raramente do negro com a mulher branca; o caboclo ou mameluco, nas mesmas condições, da mestiçagem do branco com a índia; o cafuso, filho do cruzamento entre negros e índios. Naturalmente predominava no mulato a cultura branca, porque êste desejava sempre *subir* na escala da côr, queria ser sempre mais branco do que negro; o mameluco em geral não se preocupava de ser branco, e muitos dos caboclos não somente faziam praça da sua origem índia, como se inclinavam quase sempre para a liberdade dos sertões, para as zonas da criação mais compatíveis com as suas tendências; o próprio nomadismo glorioso dos bandeirantes, que eram em geral originários de brancos e índios, traduz

essa inclinação, como o nascente nativismo fazia mesmo muitos brancos, trocaram os nomes e sobrenomes europeus por Iracema, Jacy, Paraguassú, Camaragibe, etc.

Foi assim crescendo a população brasileira ilimitadamente, como convida à Metrópole, por sua política de "povoar para defender", preconizada desde os primeiros anos por Diogo de Gouvêa; com a tolerância e muitas vezes com a anuência da Igreja, com o agrado de homens que em geral trocavam a vida calma das cidades e aldeias natais pela aventura e a licença no Brasil.

Centros de maior população eram Salvador e Recife visto que em S. Vicente os paulistas sempre foram mais rurais e inquietos, com o movimento das bandeiras que durou século e meio, instável, nômade, tendo a prêa dos índios como principal objetivo.

Duzentos anos depois do descobrimento, em 1700, a vila de S. Paulo já na categoria de cidade, "era tão pequena que o edifício da cadeia, junto ao convento de S. Francisco, está fora das ruas do Conselho". Enquanto isto, o domínio holandês em Pernambuco lançava uma cidade magnífica, de pontes e palácios, de grande e rico empório de exportação de açúcar e de uma cultura cujas obras documentam uma época. A Bahia ao fim do século XVI contava 16 freguesias, 62 igrejas, segundo Gabriel Soares. Concorriam para o engrandecimento desses dois poderosos centros demogênicos a maior proximidade da Metrópole, o tráfego marítimo em larga escala e a agricultura de base — a cana de açúcar, de que foram os maiores produtores, no mundo, atingindo Pernambuco a 2 milhões de arrobas anuais, no período de Nassau. Os curraleiros da Bahia e de Pernambuco penetrando fundamentalmente os sertões, foram povoando até o Maranhão e o Piauí, ao mesmo passo que os pernambucanos marchando pela costa foram expulsando os franceses, os piratas e invasores de várias bandeiras, até as Guianas, para depois se haverem com um conquistador mais forte que se instalara em Recife e aí ficou até 1649 — o holandês. A expulsão dos holandeses

tem uma grande expressão na formação da gente brasileira, visto que ficou sendo o marco da colaboração ilimitada de brancos, negros e índios, devotados à nação brasileira que surgia nos montes Guararapes, onde comandava esses bravos regimentos de negros, brancos e índios, um general reinol.

Evidentemente não existem nem podem existir senão dados numéricos aproximativos sobre a escassa população do país até virar o século XVIII, mas ainda assim, o abade Corrêa Serra, em 1776, avaliava os seus habitantes em 1.900.000.

Pelos meados do século XVIII sentiu a Metrópole a imperiosa necessidade de povoar a magnífica região do sul, especialmente as lindes e o território de Missiones que, pelo tratado de 1750, passava ao domínio português.

Foi nesse século que o Brasil começou a ser povoado com maior intensidade pelos portugueses. Ilhéus, "casais" de Ilhéus da Madeira, de S. Vicente, que em número menor já haviam aportado do Rio de Janeiro até o Pará, começaram a ser dirigidos para o sul até o Rio dos Patos (Santa Catarina) e a Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, seguindo os caminhos abertos pelos paulistas: Caminho de Sorocaba e a Estrada da Laguna. Os paulistas marchando para o sul fundaram as vilas de Laguna, S. Francisco e outras, enquanto El-Rei enviava "casais, contando que não fossem homens de mais de 40 anos e mulheres de mais de 30".

A chegada constante de inúmeros navios negreiros a S. Luiz, ao Recife, a Salvador, ao Rio de Janeiro e a S. Vicente; outros trazendo casais de Ilhéus, de portugueses do continente, de europeus de várias nacionalidades; a descoberta dos filões auríferos no oeste em Minas, Mato Grosso e Goiás, imobilizando as bandeiras e provocando a corrida para as minas, transformando-se numa torrente povoadora dos sertões desconhecidos e ainda deslocando a maioria das populações agrícolas sedentárias, foram povoando irregularmente o imenso país.

Não falamos até o presente em imigrantes, porque só se considera

como tais os europeus vindos para o país após a chegada da Corte ao Brasil e a abertura dos portos em 1808. A enorme trasladação de negros foi uma migração forçada que foge inteiramente ao conceito de imigração. O mesmo acontece a funcionários, soldados, marinheiros, mercenários, mercadores, aventureiros que aportavam ao Brasil colônia.

* *

Desde 1812 começaram a chegar imigrantes europeus para as colônias de Santo Agostinho e Santa Leopoldina, no Espírito Santo e Bahia.

O ano de 1819 marcou entretanto o verdadeiro início da vinda de imigrantes para o nosso país. Desembarcaram em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, 2.003 colonos suíços que vinham fundar na imensa fazenda do Morro Queimado a colônia de Nova Friburgo. Não tiveram sucesso, por incúria e ausência de recursos do Governo que não os instalou nem os orientou. Outras levadas de alemães e outros, vieram a seguir, em 1824. Muitas outras vilas do Estado do Rio e algumas de Minas Gerais receberam imigrantes no primeiro quartel do século XIX, principalmente alemães e suíços. Petrópolis nasceu assim, da colônia do mesmo nome, em 1845.

Desde 1824 o Rio Grande do Sul recebia colonos alemães e italianos e Santa Catarina começou a recebê-los em 1816, e o Paraná fruía, desde 1829, imigração de alemães, vindos de Santa Catarina.

A imigração nunca foi realmente organizada, dependendo o fluxo de europeus da iniciativa particular, da imigração espontânea. Entre 1812 e 1833 quase nada se fez oficialmente, embora entrassem estrangeiros sem que se fizessem estatísticas, sem qualquer ajuda ou policiamento. O Governo decretou em 1834 a descentralização, atribuindo à iniciativa dos Estados tôdas as questões relacionadas com o assunto. Estes, na sua maioria, não deram a devida importância à imigração, tanto assim que o Espírito Santo e Bahia que tiveram as primeiras colônias (1812), não prosseguiram no

empenho. O próprio Estado do Rio, que deve tantas cidades aos colonos europeus, não continuou incentivando o surto imigratório. O mesmo não aconteceu com o Rio Grande do Sul, S. Paulo, Santa Catarina e Paraná, que, estimulando e protegendo através da legislação e da distribuição de terras e favores a vinda do europeu, puderam tirar grande proveito do seu ingresso em maior número. A contribuição cultural e mesmo demográfica de alemães e italianos para o enriquecimento destes Estados, é incalculável e muito maior teria sido para eles próprios e para os demais, se uma política populacional bem orientada houvesse ampliado e racionalizado a imigração durante o período sem limitações políticas que findou em 1914.

Ficou entregue o país a uma imigração espontânea e sem qualquer limitação, por um período de mais de um século, pois só em 1938 criou o Governo o Conselho de Imigração e Colonização cuja atividade logo extremamente reduzida pela segunda grande guerra, continuou revelando-se ineficiente depois dela, quando novamente um período áureo para emigração européia se iniciou, em 1945.

Não é possível obter com precisão, dada a absoluta escassez de dados estatísticos, o número de imigrantes entrados no país desde 1812, data em que vieram os primeiros colonos com as características de imigrantes — “todo estrangeiro que chegue a um país em busca de trabalho com indicada e presumível intenção de estabelecer-se definitivamente”, conforme a Conferência de Roma, em 1924.

Entre os imigrantes chegados a um país há sempre um certo percentual maior ou menor que volta ao país de origem por causas várias, sociais, econômicas, sentimentais. É possível admitir que cinco milhões de imigrantes transoceânicos chegaram ao país desde 1812 até 1950, dos quais 4.800.000 entre 1840 e 1940, período melhor estudado por Mortara, havendo uma emigração de 1.500.000. O saldo de 3.300.000 durante um século é admitido. Nesse período (1840-

1940), porém, a população brasileira cresceu de 35,3 milhões ou sejam 32 de crescimento natural e 3,3 milhões devidos aos imigrantes. Mas os imigrantes não concorrem só diretamente para o aumento da população, como os seus descendentes representam um notável contingente no crescimento demográfico. Segundo o autor dos "Estudos Brasileiros de Demografia", 81 % do crescimento total da população durante o século foram devidos ao crescimento natural independente da imigração; 9,63 % devidos ao crescimento natural dependente do contingente imigratório; 9,35 % aos imigrantes propriamente ditos, isto é, apenas 19 % do aumento da população brasileira foi determinado direta ou indiretamente pela imigração.

Conquanto tenham entrado imigrantes em todos os Estados do Brasil, a canalização dos mesmos para os Estados do Sul, predominou absolutamente, concorrendo para tanto, fatores políticos e administrativos, geo-econômicos e climáticos, de modo que somente pelo Pôrto de Santos entraram 57 % dos imigrantes chegados a este país, até 1930, e, enquanto para S. Paulo, Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul cresceu notavelmente a torrente imigratória, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, não somente ela foi sustada, como diminuiu neste último, de modo impressionante, o número de estrangeiros, de acôrdo com os últimos censos.

Entraram neste país, procedentes de quase todo o mundo, homens e mulheres procurando aqui se estabelecerem; foram portugueses, italianos, alemães e espanhóis, os mais numerosos, vindo a seguir centro e norte europeus como poloneses, húngaros, baltas e últimamente filhos do Oriente Médio e do Extremo Oriente, isto é, balcânicos, sírios, libaneses e ucranianos, e japoneses.

Sem desprezarmos o fator demográfico da imigração, consideramos a sua influência cultural na evolução da população brasileira, da máxima importância para este país onde o crescimento natural bate todos os recordes, como acaba de

acontecer na década de 1940 a 1950, com uma taxa para todo o território, de 27,67 % e taxas regionais como a do Paraná ou Goiás de 73,87 % e 49,11 %, respectivamente!

A influência cultural da imigração no país, as suas expressões na evolução econômica, na criação de riqueza, na elevação do padrão de vida é tal que está concorrendo para o tremendo desequilíbrio sócio-econômico entre as várias regiões do Brasil, principalmente entre aquelas que recebem novas contribuições culturais e as que não desfrutam essas vantagens.

Diga-se de passagem que a questão da qualidade do imigrante é fundamental, já porque não podemos importar "milhões de imigrantes" (como querem pessoas mesmo altamente colocadas socialmente), o que custaria fabulosa fortuna e exigiria enorme aparelhamento, já porque o que nos teve interessar é o imigrante útil e capaz, principalmente os elementos-pilôto: mestres, especialistas e obreiros especializados nas múltiplas técnicas que a produção atual impõe. "Povoar é enriquecer quando se povoa com gente capaz, na indústria, e habituada ao trabalho", já dizia Alberdi, em 1870. As raças interessam muito pouco, talvez só do ponto de vista estético; o que interessa é a cultura de que o indivíduo é portador, isto é, os valores materiais e espirituais que compõem a pessoa humana: tradições, hábitos e costumes, crenças, conhecimentos e técnicas, para u'a maior elevação da vida em todos os sentidos.

A fusão de tipos antroposomáticos que o Brasil vem realizando não somente é a base da paz social, mas do conceito integral da democracia. "Essa virtude brasileira (a ausência de preconceitos raciais), disse recentemente Toynbee, tem um especial valor por ser infelizmente um tanto rara no conjunto do mundo ocidental". O juízo do escritor norte-americano Roy Nash, lançado há um quarto de século, é ainda mais expressivo: "o destino erigiu no Brasil um vasto laboratório social que há de um dia revelar ao mundo o verdadeiro sentido da palavra *raça* e confirmar ou desmentir de

vez a superstição de que a fusão de correntes humanas afastadas por grandes diferenças étnicas implica em degenerescência da espécie". A vertiginosa evolução do Brasil é a resposta a esta questão. O atraso sócio-econômico, a sub-alimentação, e o parasitismo, o sub-desenvolvimento do homem brasileiro salpicado em longínquas regiões selvagens ou inhóspitas, sem qualquer assistência e sem comunicações, não pode mais servir de argumento para os seus frívolos maldizentes, que muitas vezes vivem dessa miséria. À sua subsistência, à sua tenacidade em ocupar e em vencer o meio, nos ergs e areíões do Centro Oeste ou no imenso dédalo amazônico, devemos muito, mesmo porque nessa batalha da civilização que penetra o imenso território, o mais duro, o pior, é feito pelos "caboclos", pelos negros e pelos brancos brasileiros, aclimados, sóbrios e resistentes: canoieiros, machadeiros, boiadeiros, cassacos, maquinistas e fogueistas, tudo, tudo que é trabalho pesado e pioneiro, é com eles. E nas horas supremas, é ainda com eles que temos contado. Tudo isto sem diminuir em nada a extraordinária colaboração do imigrante, melhor organizado, melhor assistido e dirigido, melhor alimentado e senhor de melhores técnicas.

* *

Para o crescimento dessa população no tremendo *melting-pot* brasileiro, contamos com uma taxa de natalidade das mais elevadas do mundo, que ainda vai a 43 por mil, com uma mortalidade em franco declínio, de 19 por mil, em virtude dos progressos da ciência médica, da saúde pública, e da assistência médico-social que se alarga dia a dia nas regiões mais ricas do país. Sem dúvida concorre poderosamente para esse declínio da mortalidade, o rápido desenvolvimento sócio-econômico de certas regiões. No Distrito Federal, nos últimos 25 anos, ela baixou de 20 por mil em 1925, a 12,8 por mil em 1950, sofrendo portanto uma redução de 30%. No que respeita à mortalidade infantil, basta lembrar que na Capital da República, entre 1941 (182 por mil e 1951 109 por mil),

a redução foi de 40%! Dispensa comentário a importância desses dados da realidade demográfica, para um país carente de população.

Infelizmente não se estende, como é de prever, a todo o país, essa proporção no declínio da letalidade, mas é evidente que a meritória campanha contra a letalidade infantil começa a dar frutos, com o declínio geral da hecatombe. A proteção à gestante e à criança constituem uma idéia em marcha, em todo o Brasil.

A população brasileira, que no início do século XIX não ia além de 4 milhões, com uma fertilidade das mais elevadas, em 1840 já era de 6.184.000 habitantes; em 1870, de 9.762.000; em 1890, de 14.246.000; em 1920, de 27.572.000; em 1940, 41.040.000 e em 1950, de 52.645.479. Devemos ter neste momento (julho de 1952) mais de 54 milhões!

É entretanto desigual o crescimento demográfico nas várias regiões: o Leste, 36,4% da população total; o Sul, 32,6%; o Nordeste, 24%; e o Norte e o Centro Oeste com 7%, embora representem 63,5% da área total do país. Dentro das regiões mais habitadas verificam-se grandes diferenças de densidade e imensas áreas com população muito escassa.

Do ponto de vista demográfico, da estrutura da população, apresenta o Brasil um grande equilíbrio entre os sexos, o que não acontecia no período de intensa imigração espontânea, na qual havia uma notável predominância de indivíduos do sexo masculino. Enquanto o Reino Unido da Grã-Bretanha e a U.R.S.S. contam 521 mulheres para 477 homens em cada mil habitantes, o Brasil apresenta a relação 500 para 500.

A religião dominante é a católica, com mais de 95%, ficando 4 e uma fração para os demais cultos. O número de estrangeiros em todo o país é relativamente muito pequeno: pelo censo de 1940, eram 1.283.833 e mais 133.000 naturalizados, representando, ao todo, 3,41% da população. No censo de 1950 esse percentual deve ter baixado, em virtude do intenso crescimento e da quase ausência da imigração.

A generalidade da língua portuguesa é um caráter cultural da maior importância e dos que mais concorreram para a unidade do nosso imenso território, que apresenta as mais dificuldades de transportes, de comunicações, de raieza demográfica.

As pequenas ilhas culturais alemãs e japonesas estão quase literalmente assimiladas e o idioma nacional dominante, desde as províncias tomadas durante a II Grande Guerra.

A distribuição funcional da população revela, ainda, 63,82 % dela na vida rural, nas atividades rurais é apenas 31,82 % nas urbanas (1950), isto é, menos que a China (85 %) no nível da Rússia (67 %) e muitíssimo maior que as da Argentina (23 %) ou dos Estados Unidos (10 %). O êxodo rural que se agravou nestes últimos anos não atingiu profundamente a estrutura da nossa população; ainda temos muita gente nos campos. Se a produção agrícola é escassa, não é tanto por "falta de braços" mas por falta de braços armados das técnicas e dos instrumentos da moderna produção, que, reduzindo o sacrifício dos pesados trabalhos rurais, multiplica

essa produção e a torna compensadora.

Conquanto seja extremamente difícil determinar a composição de uma população como a nossa, com origem étnica nos três grandes estoques humanos, num intenso *inbreeding*, podemos asseverar a crescente ascensão do número dos brancos e do branqueamento dos mestiços, já pela forte imigração de europeus, há muito mais de um século, já pela parada na trasladação dos negros africanos.

O predomínio econômico e social dos brancos e a servidão dos mestiços e negros, concorreram sempre para um nível de vida muito mais baixo destes e conseqüentemente para uma letalidade muito mais elevada entre eles. Entre os "de côr" cumpre notar o alto percentual de negros e seus mestiços, na Bahia, no Maranhão, em Pernambuco, no Estado do Rio de Janeiro e na Capital Federal, e mesmo em São Paulo, em Minas Gerais, ao passo que predomina o índio e seus mestiços em toda a bacia amazônica, em Goiás, em Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Quanto à côr, em 1940, existiam :

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EM 100 HAB., FORAM DECLARADOS	
	Brancos	Pretos ou Pardos
1 — Santa Catarina	94,44	5,54
2 — Rio Grande do Sul	88,66	11,27
3 — Paraná	86,56	12,28
4 — São Paulo	84,92	12,01
5 — Goiás	72,11	27,75
6 — Distrito Federal	71,10	28,62
7 — Espírito Santo	61,54	38,42
8 — Minas Gerais	61,25	38,63
9 — Rio de Janeiro	59,85	39,93
10 — Alagoas	56,71	43,14
11 — Pernambuco	54,45	45,37
12 — Acre	54,29	45,22
13 — Paraíba	53,76	46,11
14 — Ceará	52,65	47,15
15 — Mato Grosso	50,83	48,39
16 — Maranhão	46,81	53,05
17 — Sergipe	46,69	53,08
18 — Piauí	45,23	54,58
19 — Pará	44,56	55,11
20 — Rio Grande do Norte	43,48	56,47
21 — Amazonas	30,96	68,53
22 — Bahia	28,74	71,20

A composição etária da população tem uma importância especial para o crescimento. Entre 1850 e 1950 a população da França abaixo de 60 anos cresceu apenas de 10 %, enquanto a que vai acima dessa idade quase dobrou. A nossa população abaixo de 20 anos é de 54 %.

Em resumo, o crescimento da população do Brasil a partir de 1840 até o presente é o seguinte :

1 de setembro — 1840 —	6.184.000
1 de setembro — 1870 —	9.762.000
1 de setembro — 1890 —	14.246.000
1 de setembro — 1920 —	27.572.000
1 de setembro — 1940 —	41.040.000
1 de setembro — 1950 —	52.645.479

Na última década a ordem de grandeza desse crescimento foi 27,67 %, que fará provavelmente dobrar a nossa população em uns 25 anos.

Mas o que é mais notável é que o crescimento se estendeu em tôdas as regiões, indo desde 15,3 % no Espírito Santo até 72,3 % no Paraná, dando ao todo a média do crescimento de 27,7 % e a taxa média geométrica de 2,1 %, que é das mais elevadas do mundo.

A esta altura devemos examinar a população do país em função da sua área, da sua superfície. Essa densidade demográfica extremamente variável neste país continental, vai de 1950 de 0,15 habitantes por km², no território do Guaporé, a 2.046,34 no Distrito Federal, cabendo ao Norte 0,43 hab. por km²; ao Nordeste, 12,96; ao Leste, 15,10; ao Sul, 21,09; ao Centro Oeste, 0,93 e à totalidade do território brasileiro, a densidade absoluta de 6,18 hab. por km². Não é possível atribuir a todos os oito milhões e meio de km² condições de habitabilidade, de modo que a superfície utilizável do país, afora lagos, rios, cumes, terras submersas, áridas, estepes, não podem ir além de 6.700.000 km² sob o critério da geografia humana. Apesar da ausência de regiões propriamente desérticas, a abundância do sistema hidrográfico, de vastíssimas áreas submersas e lacustres ou inundáveis, reduzem de 21 % a superfície, de modo que a *densidade relativa*, embora baixa de 7,78, encontra-se bem

acima da densidade fisiológica de Ferenczi. Não somos, conseqüentemente, um país tão despovoado como se costuma assoalhar, embora disponhamos de uma densidade baixa e compatível e conveniente ao nosso rápido crescimento demográfico interno de um milhão e duzentos mil habitantes por ano. Somos um povo receptivo para a imigração. A distribuição da população é que é muito desigual: há pequenos municípios agrícolas no Nordeste com 150 hab. por km², enquanto em todo o magnífico Estado de Goiás não chega a 2 habitantes por km² e no de Mato Grosso a densidade não atinge a meio habitante, isto para não falar dos Estados da Bacia Amazônica com seus territórios, onde nenhum atinge a densidade de 1 habitante por km².

Sem dúvida precisamos aumentar muito a nossa população, o que estamos fazendo quase vertiginosamente com um crescimento interno progressivo e precisamos receber muitos e bons imigrantes, pelas razões expostas, não tantos, porém, quanto nos propõe o empirismo dos que atacam problemas tão complexos como os de população, de acôrdo com os seus interesses ou as suas tendências emotivas.

O ótimo de população para um país ou mesmo para uma região, se é tão difícil de definir, ainda o é mais de medir, diz Sauvy. Esse ótimo pode ser biológico, vital, mas deve atender aos principais objetivos almejados: o econômico e o cultural. A capacidade de uma área para comportar um determinado número de habitantes depende antes de tudo da ecologia, da maior ou menor fertilidade dos solos, mas depende ainda do nível de vida conveniente e especialmente do nível cultural, das possibilidades técnicas para a utilização das riquezas naturais, de modo que a imigração com uma finalidade econômica exclusiva ou mesmo principal, além de poder apresentar inconvenientes políticos, por exemplo, pode, em certas condições, tornar-se anti-econômica. Lembraremos apenas o custo elevadíssimo de imigrante atual, não só o custo imediato, mas o mediato, que inclui desde o trans-

porte, a hospedagem, a instalação, a sua manutenção inicial, mas, ainda, os ônus das atuais leis securatórias, etc. Precisamos mandar gente para onde falta gente, mas os que nos chegam, em geral, só desejam ficar onde existe gente demais.

Ora, não é tão grande a falta de braços no país, tanto assim que enormes deslocções de população se operam num jorro constante de migrantes internos, especialmente de nordestinos em busca de trabalho, sob condições miseráveis e contristadoras.

Recebemos de braços abertos todos os que de boa vontade venham ajudar-nos, sem intolâncias e sem preconceitos. Tudo neste país concorre para a mais completa assimilação de todos os que desejam fazer do Brasil a sua segunda pátria. Só não têm sido assimilados os que, com convicções paranóicas, se consideram superiores àqueles que os recebem, os hospedam e lhes estendem a mão amiga para o prosseguimento de um esforço conjunto. E assim tem sido, justiça se faça, com

italianos, espanhóis, sírios e mesmo alemães, e outros, para não falar dos nossos avós, os portugueses que, em verdade, são "de casa".

A tendência à urbanização é hoje universal, concorrendo para tanto vários fatores, entre os quais predomina a economia industrial, que oferece melhores salários, a era da mecanização que reduzindo o sacrifício e multiplicando a produção reduz, ao mesmo tempo, o número de braços nos pesados trabalhos da vida rural e oferece melhor remuneração. A própria agricultura, nos seus progressos atuais, tende a industrializar-se.

Embora a população rural deste país só em restritas áreas e só agora comece a melhorar as condições de trabalho, os fatores acima apontados já começam a exercer sobre ela uma grande atração urbanófila. O crescimento das populações das 14 cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes foi realmente notável: representavam em 1940, 11,95% da população do país; em 1950, 13,87%.

POPULAÇÃO DAS 14 CIDADES DO BRASIL EM 1940 E EM 1950

CIDADE	População presente 1-IX-940	População registrada 1-VII-950
Rio de Janeiro	1.710.000	2.335.931
São Paulo	1.258.482	2.041.716
Recife	323.177	522.466
Salvador	290.443	395.993
Pôrto Alegre	259.246	381.964
Belo Horizonte	177.004	346.207
Belém	164.673	230.181
Fortaleza	140.901	213.604
Santos	155.894	201.739
Niterói	124.507	174.535
Curitiba	99.440	141.349
Manáus	66.854	110.678
Maceió	80.045	102.301
Campinas	77.779	101.746

O país, com o rápido aumento da sua população nas últimas décadas, se por um lado eleva a sua capacidade de utilização de suas riquezas

naturais e de defesa, por outro lado começa a ver-se a braços com certas dificuldades da sua economia: pela progressão na taxa de crescimento

dos seus centros populosos e pelo próprio aumento do percentual dos que elevam o padrão de vida. Sob o poder aquisitivo de uma crescente percentual da população e aumenta a capacidade de consumo *per capita* de alimentos e de tôdas as utilidades, sem que coincida a produção da sua agricultura e da sua pecuária, como se pode deduzir, por exemplo, do rendimento médio por hectare, nos últimos anos: êsse rendimento médio vem caindo para os alimentos básicos, enquanto a taxa de crescimento vegetativo da população durante o decênio de 1940-50 foi, como já vimos, de 27,67 %, ultrapassando a previsão mais otimista, a taxa média de aumento da produção agrícola durante o mesmo período foi apenas 12 %. Nesse desequilíbrio tremendo entre o crescimento demográfico e o da produção, ainda é mais grave o fato de ser tal desnível muito mais acentuado nos gêneros de primeira necessidade do que nos de exportação. Sem atendermos devidamente ao consumo interno, continuamos a exportar a insuficiente produção de arroz, carnes e outros alimentos essenciais, cujos preços sobem desabaladamente, tornando-os dia a dia menos acessíveis à grande maioria da população. Êsse é o mais grave fenômeno sócio-econômico que enfrentamos.

Nada disso entretanto impede um rápido crescimento demográfico e um impressionante desenvolvimento material do Brasil que se industrializa num admirável crescendo, já passando o valor da produção industrial de 100 bilhões de cruzeiros anualmente, enquanto a produção agrícola que é afinal, a fonte de divisas, fica pela metade. Se por um lado devemos felicitar-nos por êsse formidável surto industrial do sul do país, por outro lado salta à vista do observador o desequilíbrio entre as duas fontes da produção de riqueza, ocorrendo que a produção industrial é quase exclusivamente para consumo interno, de modo que quase todo intercâmbio com o estrangeiro, tôdas as importações, dependem da produção agro-pastoril que se apouca, cri-

ando as maiores dificuldades à nação.

"A verdade é que o volume das nossas exportações não tem correspondido ao progresso brasileiro, com as suas exigências de maiores importações", disse recentemente o Ministro Horácio Lafer.

O contingente da produção agrícola para a exportação é de mais 80 % em valor e de mais de 60 % em quantidade (1952).

Outro grave desequilíbrio é o que se acentua dia a dia entre o desenvolvimento econômico das populações do Norte e do Sul do país, compelindo as primeiras a uma dolorosa e lamentável migração contínua no sentido Nor-Nordeste-Sul, cujas conseqüências são imprevisíveis. O desnível entre as populações de certas áreas do nosso país não somente é enorme como é da maior gravidade para a paz social e para a unidade nacional.

* *

A população brasileira, apesar da complexidade das suas origens formativas, apresenta uma extraordinária unidade cultural que os números de cada censo vêm revelando; apresenta por sua estrutura social, pela ausência de castas e prejuízos étnicos e religiosos, por seu profundo sentido democrático, um incomparável poder de assimilação e, como conseqüência das contribuições humanas, culturais, de tantos povos, de tantas culturas, um formidável metabolismo social. Os fenotipos brasileiros, que quatro séculos de adaptação ecológica vem definindo, embora sob a ação variante, nas regiões de forte imigração, continuam representando a base biológica do *inbreeding* que forma o homem brasileiro, o portador de uma nova cultura. Contingências cósmicas, climáticas, históricas e políticas criaram enormes óbices ao desenvolvimento da gente luso-brasileira, na sua luta ciclópica contra a natureza trópico-equatorial de um país imenso onde estamos realizando uma das mais belas obras da geografia humana: domando o deserto, a floresta equatorial e os rios gigantescos, vingando enormes

distâncias, enfim, construindo a maior e a mais brilhante civilização jamais vista nessas latitudes.

Entretanto grande parte da população do Brasil vive um padrão de vida muito baixo, absolutamente fora da nossa era industrial, desinteressada ou mesmo ausente dos problemas nacionais, do sentido da vida dos nossos dias. Não é absolutamente satisfatória a situação demográfica, apesar da magnífica fertilidade; perdemos ainda em impressionantes coeficientes, a incomparável riqueza que é a infância; a extensão média da existência é baixa, como conseqüência da subnutrição, dos máus hábitos alimentares, da falta de educação e de assistência, numa palavra, do nível sócio-econômico. Entretanto nenhum problema supera em importância o da elevação do homem — valor fundamental. É o pensamento de Ruskin: "There is no wealth but life".

Por tudo isto, o que os brasileiros estão realizando é admirável. O brasileiro não teve escolas, nem assistência, nem educação técnica, nem financiamento das suas empresas. Precisamos elevar o homem biológico mas ainda precisamos mais elevá-lo no sentido cultural, armá-lo para a vida do seu tempo: produzir muito mais, não apenas para viver, mas ainda para

enriquecer; e essa produção "de sobra", só é possível quando o homem encontra-se armado da educação, das técnicas, dos instrumentos indispensáveis.

Estamos fazendo um grande esforço para melhorar as condições de vida dum altíssimo percentual do povo brasileiro, assistindo à infância e melhorando a saúde pública; criando escolas e melhorando a sua qualidade; desenvolvendo o ensino técnico; recebendo elementos de aperfeiçoamento pelo intercâmbio cultural e pela importação do *armamentorum* para a mecanização do trabalho; instituindo e melhorando o financiamento e criando o "senso econômico", indispensável ao progresso de qualquer grupo; iniciando a seguridade. Mas precisamos urgentemente elevar o sentido ético da existência que os cataclismos das grandes guerras fizeram baixar em todo o mundo, dando em resultado o materialismo imediato, a fascinação da riqueza e do luxo, do supérfluo, quando não do inútil e do nocivo. Precisamos elevar o sentido ético nacional, que seleciona os melhores; o respeito pela riqueza nacional e por tudo que é coletivo, para que não venhamos, em terras de tantas possibilidades, a cair na anarquia que flagela tantos povos, neste terrível momento mundial.

J.D. MAGALHÃES S/A

Arame farpado — Metais não ferrosos — Macacos para todos os fins e de todas as capacidades — Limas, Ferramentas suécas — Soda-cáustica em tambores e em caixas — Barrilha breu — Enxofre — Superfosfato — Cloreto de Potássio — Sulfato de cobre — Adubos químicos granulados — Brometo de mitila — Bicabornato — Parafina — Bacalhau

Estoque e para importação

Chegaram Arados 524

J.D. Magalhães S.A. Representações, Exportação e Importação —
Avenida Presidente Vargas, 509, 17º andar — Fone: 23-0334 —
Depósito: Rua General Caldwell, 71-B

O HERÓI NEGRO DO REGIMENTO TIRADENTES

Citação de Combate :

“5º Exército (Norte Americano) — Teatro de Operações da Itália —
Fôrça Expedicionária Brasileira.

SOLDADO SERGIO PEREIRA

(11º R.I.)

Várias tentativas se fizeram para reconduzir às nossas linhas o Capitão JOÃO TARCISIO BUENO, Comandante da 1ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria, gravemente ferido. Em local tão perigoso batido facilmente pelo inimigo, essas tentativas frustraram e as patrulhas organizadas regressaram sem o ferido. Na madrugada do dia seguinte ao do combate, silenciosamente, sózinho, parte o SOLDADO SERGIO PEREIRA à procura de seu Comandante de Companhia, ordenança que era, do Capitão BUENO, havia apenas poucos dias. Parte e volta transportando o Oficial ferido até um ponto onde pudesse êle ter assistência. Mais que a dedicação pessoal, vejo nêsse gesto nobre do SOLDADO SERGIO, a dedicação de subordinado pelo seu superior, qualidade primacial na tropa, para que o seu esforço atinja o objetivo máximo. É um magnifico exemplo de dedicação ao Chefe, que tenho a mais grata satisfação de apontar à FEB — (Em 14 Dez 44) — Gen. Mascarenhas de Moraes, Comandante em Chefe.”

E quando o Tenente-General L.K. TRUSCOTT, do 5º Exército, entregou-lhe pessoalmente a ESTRELA DE BRONZE, dos Estados Unidos da América do Norte, assinalou : “por conduta heróica em ação e cheia de desprendimento, através de um fogo extremamente forte, o SOLDADO SERGIO constitui um exemplo das altas tradições das fôrças aliadas”.

Onze anos são passados, mas todos aqueles companheiros de tantas jornadas jamais foram esquecidos. Eis porque a Casa Neno hoje dirigida também por um ex-combatente, faz questão de servir realmente a todos os que, da ativa ou da reserva, a honrarem com a sua visita.



Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a “CASA NENO” num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência :

RUA SETE DE SETEMBRO, 145 — Tel. 32-4282 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — “Esquina da Casa Neno” — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Conceição, 47 — Tel. 2-1746

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicycletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor